



FIG. 1
Villa de Caparide. Fragmentos de estuque pintado com motivos vegetalistas (Foto de Guilherme Cardoso).

As villae de Cascais

O povoamento romano

GUILHERME CARDOSO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Localização

Encaixado entre o mar e a serra de Sintra, a ocidente de *Olisipo*, o concelho de Cascais é uma das zonas do *ager Olisiponensis* onde podemos encontrar grande parte dos vestígios da ocupação romana.

O território tem relevo ondulado, sulcado por ribeiras que correm de norte para sul. Os interflúvios são aplanados a norte, onde fica a maioria dos terrenos agrícolas de melhor qualidade, com encostas suaves para o lado do mar; excepcionalmente, na parte poente do concelho, junto à costa, o terreno apresenta-se mais escarpado.

O solo é misto, de origem calcária, com intrusões basálticas, tendo estas sido determinantes em algumas zonas, contribuindo para uma cobertura rica em solos argilosos, ideais para as produções de sequeiro. Menos ricos são os terrenos de arenitos que certamente foram aproveitados para plantio de vinha, florestação de matos e algumas espécies arvenses onde deviam proliferar tojos, urzes, carrascos, carvalhos e pinheiros.

Centurição

A região encontrava-se povoada quando aqui chegaram os Romanos em 138 a.C., facto

confirmado nalguns sítios arqueológicos onde se verificou uma anterior ocupação indígena que progressivamente foi sendo romanizada, acabando por assimilar a primitiva estrutura autóctone.

Os novos proprietários introduziram técnicas de construção desconhecidas na região, empregando argamassas à base de cal e coberturas de telha nos edifícios que, até então, eram exclusivamente cobertos de colmo.

Dividiam as propriedades segundo o modelo clássico ortogonal, centrado em propriedades de médias dimensões, em que a *villa* era o núcleo habitacional do espaço por excelência, sendo gerida pelo *dominus* ou o seu representante, um administrador auxiliado pelo vílico.

Com base nos diversos sítios já mapeados no concelho, foi possível criar um modelo de centurição romana da região (Cardoso, 2002) através de uma malha ortogonal, com 1420 m de lado e o *cardo* orientado a 149.31° de azimute norte. Diga-se que subsistem dúvidas quanto à existência desta provável malha, devido a alguns sítios serem já habitados antes da chegada dos romanos a *Olisipo*. No entanto, os vários locais por eles criados, *ex novo*, levam a deduzir ter sido bem possível que, para uma administração mais eficiente do *ager publicus*, os edis olisiponenses houvessem procedido à divisão do

território, atribuindo de forma equitativa parcelas de terreno aos novos proprietários.

Tipo de povoamento: *villae* e casais

A centurição previu para esta zona do *ager* uma divisão do território em *fundi* de médias proporções, cerca de 201 ha, como será o caso das *villae*. Mas, usando o método de análise dos polígonos de Thiessen, as áreas das propriedades passam a variar e, se usarmos a análise de percursos de 15 minutos do centro da *villa*, a variação é muito superior, apresentando as áreas distribuídas por cada proprietário variações entre os 88 ha, caso da *villa* de Miroiços, Malveira, e os 328 ha para a *villa* do Clérigo, o que dá uma média de 248 ha entre as catorze *villae* existentes no território do atual concelho de Cascais (FIG. 1).

Para além das *villae*, outras propriedades de menores dimensões terão existido. É o caso dos casais, que se encontravam isolados, aparentando ausência de ligação próxima com outra propriedade. Tinham por base habitações de menores dimensões, disseminadas por todo o território, onde viviam os seus proprietários, dedicando-se a cultivar pequenas áreas.

Noutros casos, os casais localizavam-se nas cercanias das *villae*. Pensa-se que, estando junto às *villae* de abastados proprietários, serviriam para habitações dos seus caseiros, que assim podiam facilmente controlar as produções que se encontravam nas imediações dos seus lares.

A proximidade do mar a que se encontram as *villae* romanas do território de Cascais permite que lhes possa ser atribuída a classificação de *villae* costeiras e *villae* marítimas.

Encontra-se na localidade de Cascais o único sítio romano que pode considerar-se uma provável *villa* marítima, não só por se encontrar junto ao mar, mas por,

fundamentalmente, se dedicar à produção de pastas de peixe para exportação. Ali foi escavado, em 1992, um conjunto de cetárias, identificadas na Rua Marques Leal Pancada. A existência de uma provável *villa* romana naquele local resulta do facto de terem sido recolhidos silhares de calcário e um capitel toscano, no interior da maior cetária, que se encontra parcialmente sob a torre, porta da cerca medieval da vila de Cascais. Sabe-se que o sítio arqueológico se estendia para sul, ou seja, para o interior da antiga urbe, hoje completamente urbanizada, sendo provável, a exemplo do que existia em *Baelo Claudia* ou em *Olisipo*, que a *pars urbana* do proprietário ou do administrador possa estar nas proximidades da “fábrica” de derivados piscícolas, bem como as termas, as habitações dos escravos e outras dependências comuns às *villae*.

Um outro sítio romano junto à costa localiza-se no Espigão das Ruivas. Não tendo ali existido uma *villa*, terá desempenhado um papel importante, servindo de apoio à pesca e à navegação como farol, desde a II Idade do Ferro até à Antiguidade Tardia, orientando as embarcações, que, ao serem apanhadas pela noite, conseguiriam em segurança rumar a Porto Touro. O seu acesso encontra-se muito destruído devido à erosão provocada pelo efeito da água do mar e dos ventos, que lentamente tem desgastado as paredes rochosas do esporão onde se localiza o assentamento arqueológico.

Economia

A maioria das outras *villae*, embora nas proximidades do mar, pode considerar-se do tipo de *villa* costeira, sendo a do Casal do Clérigo a que se localizava a maior distância do oceano, cerca de seis quilómetros, e a mais próxima, a de Casais Velhos, localizada a cerca de um quilómetro da Praia da Crismina.



FIG. 2
Peso de lagar da *villa* de Freiria
(Foto de Guilherme Cardoso).

A sua base económica assentava fundamentalmente na produção agrícola, segundo a análise dos testemunhos materiais, registados nas intervenções efetuadas em muitas delas.

O cultivo de cereais seria a produção a que estaria dedicada a maior área da propriedade, pois necessitava de três afolhamentos que possibilitassem uma produção equilibrada sem o desgaste dos solos. No primeiro ano, após a preparação do solo, era feita uma sementeira de trigo ou de outro cereal. No segundo ano, a terra era deixada de pousio. No terceiro ano, fazia-se certamente uma sementeira de fava, ervilha ou nabos para aumentar a quantidade de azoto no solo e assim poderiam voltar a produzir cereais no ano seguinte.

Relacionado com a produção dos cereais temos vestígios diversos, como é o caso do tijolo romano proveniente da *villa* do Clérigo, que apresenta espigas de trigo impressas. Também um grande celeiro na *villa* de Freiria, o maior da Hispânia romana identificado até ao presente, que terá funcionado entre os séculos I e V d.C.; assim como mós de arenito de diversas dimensões, desde as mais pequenas para produção de uma reduzida quantidade de farinha, até às de grande tamanho para a obtenção da mesma em grande quantidade. Assim o atesta o dormente de mó encontrado num antigo *pistrinum* (padaria) de Freiria, ao lado da mesa de amassadura e do forno para cozer pão. Outras das

evidências são as sementes recolhidas em silos subterrâneos, em época alto-medieval, que demonstram a continuidade de uma tradição local na produção de cereais.

De entre as produções agrárias, há ainda a destacar as de vinho e azeite, em consonância com as principais produções base do motor económico do Império Romano.

No caso da videira, o seu cultivo devia estar disseminado por todo o território olisiponense, desde o período da Idade do Ferro. Os Romanos melhoraram certamente os processos vinícolas existentes, tanto de plantio, como introduzindo métodos de produção intensiva, que perduraram durante o período da Alta Idade Média, nomeadamente na *villa* de Caparide. Deste período se recolheram, em Freiria, podas usadas na poda das vides (Cardoso, 2018b: 371, fig. 297, n.º 4) e, numa das sepulturas da necrópole de Miroiço, Manique (Cardoso, 2018a, p. 179, 197, fig. 14, n.º 7), já na tardo-antiguidade. Testemunho da existência de lagares de vinho é a presença dos dois pesos de prensa de vara, nas *villae* do Clérigo e de Casais Velhos.

Outra das culturas arvenses que se praticava era o cultivo da oliveira, quer para produzir azeitona de conserva, quer para extração de azeite. O pequeno machado e o serrote, recolhidos numa das dependências do lagar de Freiria, apontam para a poda das oliveiras. Por outro lado, o lagar de Freiria, a pedra de ara de Miroiços da Malveira, a pequena mó para esmagamento da azeitona e os caroços de azeitonas recolhidos numa pequena fossa junto da mesma, são exemplos da existência da produção regional de azeite (FIG. 2).

Outras árvores de fruto seriam cultivadas, como é o caso da figueira, do castanheiro e da noqueira.

Para além do que foi dito, estudos efetuados sobre alguns sítios arqueológicos romanos de Cascais indiciam que os seus proprietários tiveram o cuidado de aumentar os lucros de produção agrária e pecuária, mediante a

criação de outros fabricos especializados de bens, como forma de complemento económico. Estão neste caso os fabricos artesanais de confeção de tecidos, o seu tratamento, a tinturaria, a produção de cerâmica de construção, bem como a extração de minerais e de rochas, das quais se destaca a exploração de líós (FIG. 3).

A produção de tecidos estaria disseminada por toda a área, sendo confirmada com a recolha de pesos de tear em vários sítios arqueológicos romanos, bem como de separadores de tear e lançadeiras, nas *villae* do Alto do Cidreira e Freiria. A maioria dos tecidos seriam produzidos com fios de lã, mas uma parte da produção estaria vocacionada certamente para o cultivo de linho, facto confirmado através do único fragmento de tecido encontrado, até ao momento, numa sepultura tardo-romana de Casais Velhos.

A preparação do fio da lã obrigava à tosquia, lavagem, ao cardar, à tinturaria e à fiação. Era um processo moroso que impunha conhecimentos técnicos ancestrais, praticados na região desde o Neolítico. Os Romanos introduziram novos processos que melhoraram e aumentaram o volume da produção, sendo notório o caso da lavagem da lã para lhe subtrair a gordura e a sujidade, o que foi confirmado em Freiria e, provavelmente, em Vilares. No caso da tinturaria, passou a ser praticada em tanques de *opus signinum*, sendo o caso mais conhecido o de Casais Velhos, onde se encontrou um edifício tendo no seu interior dois pequenos tanques com encaixe para tampas e, no lado oposto, uma abside onde era feita uma fogueira para aquecimento de água. Em 1917, foi escavada no Alto do Bom Sucesso uma provável oficina de tinturaria, que também tinha duas pequenas pias enterradas no solo, forradas de *opus signinum*, mas a ausência de desenhos e fotografias das suas estruturas, existindo só algumas descrições, não nos permite grandes conclusões. No caso de Freiria, foi



FIG. 3
Ruínas da *pars fructuaria* de Vilares, Murchas
(Foto de Guilherme Cardoso).

identificado, dentro da grande sala norte das termas sul, um tanque estreito, comprido, ao qual estava adocada numa zona mais alta, o fundo de uma tina rasa, em *opus signinum*. A mesma terá servido, ao que parece, para espremer algo que depois escorria para o tanque anexo. Estes processos de tratamento de tecidos encontram paralelos em Mérida (Bustamante-Álvarez, 2016), onde foram escavadas diversas oficinas de lãs e lavandarias (*officinae lanificariae* e *fullonicae*), bem como tinturarias (*officinae infectoriae*).

Ao introduzirem novos métodos construtivos, os Romanos viram-se na contingência de melhorar o fabrico dos materiais cerâmicos de construção, caso das telhas e dos tijolos. Quando nas proximidades dos locais a construir existia argila e lenha, era fabricado um forno para cozer as cerâmicas de que necessitavam. Foi o caso do lado sul da *villa* do Alto do Cidreira onde aproveitaram um barreiro de argila do Cretácico, para ali produzirem tijolos e telhas. Curiosamente, um tijolo recolhido na zona das termas desta

villa apresentava o negativo de parte de uma inscrição funerária, devido ao facto de o servo ter aproveitado um fragmento de lápide tumular, para alisar, por batimento, os tijolos que fabricava.

No caso das rochas, existem indícios da sua exploração por todo o concelho. O mármore foi extraído na atual Quinta de Porto Covo e empregado em elementos arquitetónicos decorativos, como capitéis e bases de coluna. A rocha mais utilizada foi a lioz rósea ou a branca que era extraída junto à Quinta dos Gafanhotos e nas Coveiras, em Tires, tendo sido também explorado o calcário amarelo e o cinzento, abundante em vários pontos do concelho. Quando havia arenitos de boa qualidade nas proximidades das *villae*, eram também profusamente usados, como foi o caso do Alto do Cidreira e em Zabrizes.

A única exploração mineira em galeria subterrânea, de época romana, conhecida na zona, situava-se no Casal Lobeira. Ali, através da abertura de uma galeria, foram explorados os óxidos de ferro amarelo e vermelho, utilizados como corantes de tintas quando misturados na cal (FIG. 4).

Tudo leva a supor que a economia local estava apoiada em alguma moeda desde o século I a.C. Embora sejam escassos os numismas encontrados na região, Conejo Delgado considerou que a moeda de Salácia (datada entre 45 e 44 a.C.) achada em Freiria, “*debe interpretarse desde una perspectiva mucho más numismática*” (2019, p. 125). No entanto, não é a única moeda anterior a Augusto: também na *villa* de Miroiço, Manique, foi recolhido um sestércio de *Egnatuleius*, cunhado em Roma, em 97 a.C., o que leva a supor tratem-se de numismas que circularam por várias décadas e foram perdidas, provavelmente, já no século I d.C.

Os achados de numismas posteriores a esta centúria são mais significativos (Conejo Delgado, 2019) devendo, quanto a nós, corresponder à introdução de uma economia com

base na moeda, substituindo a permuta de bens que os autóctones praticavam na região antes da chegada dos Romanos e que terá levado algum tempo a ser incrementada no *ager Olisiponensis*. O aumento da circulação monetária verificou-se já no Baixo-império, tendo perdurado até aos inícios do século V, quando praticamente deixam de chegar a *Olisipo* novas cunhagens, não possibilitando assim uma normal circulação de moeda. Esta acabou por cair em desuso, voltando a sociedade local a praticar, certamente, uma economia de troca de bens, perdurando unicamente a moeda de ouro nas trocas comerciais de valores mais elevados.

Considerações finais

Verificou-se através de escavações arqueológicas que a parte do *ager Olisiponensis* que atualmente se insere no território do concelho de Cascais era habitada antes de os Romanos terem ocupado *Olisipo*, não se evidenciando, porém, o abandono destes sítios até à época de Augusto, quando se observa uma lenta aculturação, através da substituição dos materiais de tradição indígena pelos materiais dados a conhecer pelos operários romanos.

No século I d.C., já existiam proprietários de origem romana que ocuparam o território, possivelmente, após a centurição do mesmo. Passam, então, a construir segundo métodos e modelos itálicos, que irão sendo alterados ao longo de quatro séculos até meados do século V, quando se nota a decadência do comércio com o Império Romano do Oriente.

As mudanças administrativas, religiosas e sociais do século IV, aliadas às invasões dos povos bárbaros, alteram por completo, a partir dos inícios do século V d.C., as vivências dos habitantes do *ager Olisiponensis*, observando-se grandes modificações na demografia da região.

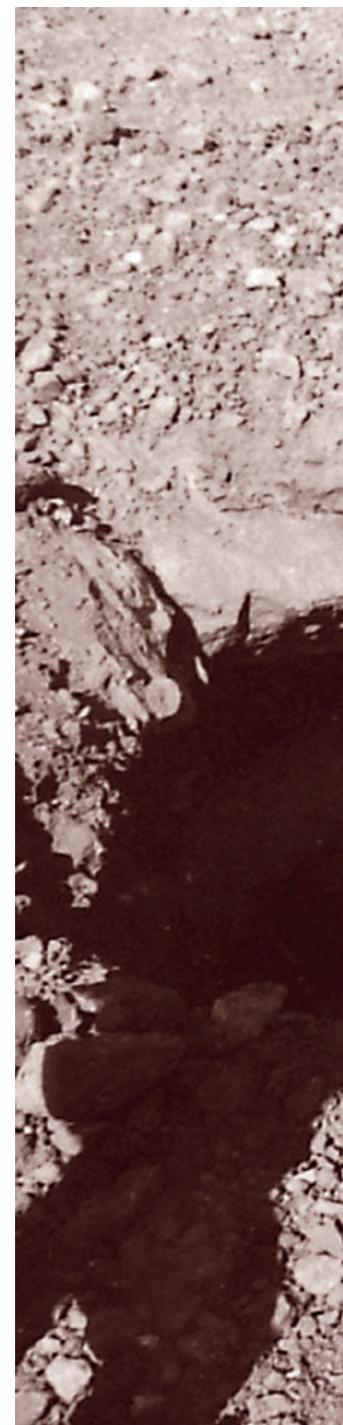




FIG. 4
Mina de ocre de Casal Lobeira, Livramento (Foto de Guilherme Cardoso).

Por outro lado, a diminuição do comércio entre as antigas províncias romanas determinou outra grande transformação que, lentamente, acabou por levar ao desaparecimento das *villae* como principais centros produtores e de desenvolvimento económico, segundo

os antigos modelos romanos, e à difusão do casal como forma de unidade principal de exploração mais consentâneo com a instabilidade que se vivia.